

A sorte está lançada. E Sarney jogará duro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A sorte está lançada. O País terá novo sistema de governo com a futura Constituição. Parlamentarismo dito clássico, ou o parlamentarismo misto, ou o neopresidencialismo, com o fortalecimento do Legislativo e do Judiciário. As mudanças serão inevitáveis.

O presidente Sarney tem razão para ficar intranquilo. Os partidos que formam (ainda) a Aliança Democrática, PMDB e PFL, não se entendem com ele e nem se entendem entre si. Há divisão nas bancadas do PMDB e do PFL na questão de sistema de governo. No PFL os presidencialistas são majoritários, mas os parlamentaristas são mais ativos. No PMDB cada grupo se considera majoritário, variações do sistema à parte.

Sarney continua lutando, agora mais do que nunca, para ver sua posição vitoriosa na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte — presidencialismo (com o Judiciário e Legislativo fortalecidos) e mandato de cinco anos, com eleições para o sucessor em 15 de novembro de 1989. O grupo menos afinado com o Planalto, tendo à frente o líder licenciado do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, aparentemente ainda insiste com as díretas em 15 de novembro de 1988, para reduzir o mandato do atual presidente de seis para quatro anos.

O grupo parlamentarista interpartidário, coordenado pelo senador José Richa, vinha lutando, com progressos, pela adoção gradual do sistema. A muito custo o ex-governador do Paraná conseguiu montar emenda de consenso interno, contando com a colaboração de parlamentares de vários partidos, como Bonifácio de Andrada e Konder Reis, do PDS; Sandra Cavalcanti, Saulo Queiroz, Alceni Guerra e José Thomaz Nonô, do PFL; Joaquim Bevilacqua, do PTB; Nelson Carneiro, Cid Carvalho, Israel Pinheiro Filho, do PMDB. Todo o grupo aceitou, com o "de acordo" dos líderes do PMDB na Constituinte, no Senado e na Câmara — Euclides Scalco, Fernando Henrique e Luiz Henrique.

Depois da entrega solene da emenda a Ulysses Guimarães, o esforço não resultou em nada. Como havia expirado o prazo de emendar o Cabral II, os parlamentaristas afirmam ter obtido compromisso do relator de acatar a proposta. Se prometeu, não cumpriu. Richa só não foi surpreendido pela posição de

dente da República a respeito da questão.

José Richa quase perdeu a cabeça. Em segundos o senador paranaense passou em revista todo o longo tempo que ele e seus companheiros parlamentaristas levaram estudando o texto aceitável por todos, buscando e conseguindo apoio de autoridades do Executivo e do Legislativo, para a solução do governo de gabinete.

Amigo pessoal de muito anos do ministro Leônidas Pires Gonçalves, o senador estava confiante. O selor militar, se não batia palmas, também não condenava de pronto a fórmula parlamentarista. Os chefes militares confluíam no bom senso, no equilíbrio, no patriotismo dos condenadores da solução parlamentarista gradual. De outro lado, Richa, Cid Carvalho e outros procuravam convencer o presidente de que o movimento não representava oposição, mas colaboração ao seu governo.

O presidencialista e presidencialista Ulysses Guimarães já revelava sinais de "compreensão". Espetante como é, o presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara já sentia que não poderia remar contra a maré. Se a maioria preferia o parlamentarismo, ele colocaria "a Constituinte e a Pátria acima da posição pessoal". Ganhou palmas e viu seu nome lançado a primeiro-ministro.

De repente, Bernardo Cabral revolucionou tudo, anulando as negociações dentro e fora da Constituinte. O Palácio do Planalto, os quartéis-generais das três armas, dirigentes e líderes do PMDB e do PFL, e, de quebra, do PT e do PDT, além do insuspeito Afonso Arinos, sentiram que na prática a teoria é diferente. O Cabral II propõe, às claras, o confronto entre os sistemas de governo — parlamentarismo já, com eleições presidenciais diretas. O presidente eleito usaria a fatxa, mas passaria a caneta ao primeiro-ministro, chefe do governo, escolhido indiretamente pela Câmara. Tem mais: se na eleição direta nenhum dos candidatos a presidente conseguir a maioria absoluta dos votos — metade mais um — a decisão será transferida ao Congresso, entre os dois mais votados pelo eleitorado. Haveria, então, presidente e primeiro-ministro indiretos. O mesmo processo terá que ser adaptado nas eleições de governador e de prefeito. Não é difícil imaginar a reação popular, nem o comportamento das respectivas Casas Legislativas, com as exceções confirmando a regra. Haja caneta.

Bernardo Cabral porque na noite da redação final do novo substitutivo, por curiosidade e também por interesse em acompanhar o final dos trabalhos, fez uma visita ao relator no Centro de Processamento de Dados do Congresso (Prodasen).

Chegou, viu e perdeu. Cabral não havia incluído a emenda do parlamentarismo gradual no novo substitutivo. Explicou que o presidente Sarney não havia manifestado interesse em negociar a matéria. Pelo contrário, o governo reafirmara a profissão de fé presidencialista. Revelou, até, que havia recusado convite para conversar com o presi-

Presidencialistas de um lado e parlamentaristas-gradualistas de outro acreditam que ainda podem evitar o desastre. Tudo pode acontecer. O presidente, que perguntou a um amigo se Bernardo Cabral tinha ficado louco, depois de ouvir vários políticos, passou a admitir que o tiro do relator pode sair pela culatra. O assessor palaciano, que aconselhou colocar Cabral numa camisa-de-força, poderá até oferecer ao deputado amazonense um suculento tucunaré. Passando-se por vítima, os que querem reduzir seu mandato e suas atribuições, Sarney pode acabar ganhando a parada. F.M.

Ajuda aos "contra"

Os dissidentes do PMDB, do PDT e até do PFL deverão mandar celebrar missa de ação de graças ao relator Bernardo Cabral. Se tudo der certo, os peemedebistas que estão contra Sarney em Brasília e os que não se afinam com os governadores nos estados, com alguns dissidentes do brizolismo, poderão juntar-se numa nova legenda, com facilidade. O polêmico Cabral II permite a pelo menos 30 parlamentares criar partido político, solicitando registro no TSE. Basta o requerimento assinado por eles, juntando o estatuto, o manifesto e o programa.

Esta providência poderá ser adotada nos seis meses após a promulgação da futura Constituição. Com o registro provisório do TSE, o novo partido poderá, até, concorrer às eleições municipais de 15 de novembro do próximo ano — prefeito e vereador. Se no prazo de 24 meses o novo partido não conseguir o registro definitivo, perderá o registro provisório. Nada vai acontecer aos eleitos. Até lá, o País terá novo quadro partidário e cada um vai se acomodar.

O difícil é a medida ser aprovada na Comissão de Sistematização e, depois, no plenário da Constituinte. Os dirigentes partidários não parecem dispostos a fornecer, de graça, passaporte aos dissidentes para criar outra agremiação, na prática para disputar o pleito municipal de 1988. Os líderes

dos grandes partidos consideram "absurdo" a concessão do relator Bernardo Cabral aos dissidentes. Um deles, o ex-líder do PMDB e do governo, deputado Pimenta da Veiga, acha tudo normal e democrático. O parlamentar, dissidente em Brasília e em Minas, considerou a medida democrática, atendendo à realidade nacional.

A iniciativa foi do deputado mineiro Luiz Otávio Ziza Valadares, por coincidência, também dissidente do Palácio da Liberdade e dos mais ligados a Pimenta da Veiga.

Se aprovada a proposta, o chamado Movimento de Unidade Progressista do PMDB (MUP) será partido político.

Subvenções

A bancada do PT no Congresso — 16 parlamentares — está estudando o problema das subvenções às entidades beneficentes. Este ano cada parlamentar poderá destinar um milhão e 200 mil cruzados para esta finalidade. O PT discorda do processo que permite ao parlamentar discriminar as entidades que devem receber as subvenções do governo federal.

Distrital

Do líder do PDS na Assembleia Constituinte, deputado Amaral Netto: "O voto distrital só será aprovado se passarem por cima do meu cadáver".